

Alojamento Estudantil em Portugal: A crítica ao Uso de Pousadas como Solução Habitacional

O acesso ao Ensino Superior tem sido um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento académico e profissional dos jovens em Portugal. No entanto, este acesso tem sido dificultado por várias barreiras económicas e sociais, com especial destaque para a crise habitacional que afeta os estudantes deslocados. Segundo dados da Direção-Geral do Ensino Superior (DGES), aproximadamente 30% dos estudantes deslocados enfrentam dificuldades financeiras associadas ao custo da habitação, o que representa uma das principais causas de abandono escolar (DGES, 2023).

Atualmente, as residências universitárias em Portugal contam com cerca de 15.000 camas, distribuídas por diferentes instituições de ensino superior públicas e privadas. Este número revela-se insuficiente face à procura crescente, uma vez que se estima que existam mais de 120.000 estudantes deslocados no país, o que resulta num rácio de 1 cama para cada 8 estudantes (Mateus, 2023). Esta carência obriga a maioria dos estudantes a recorrer ao mercado de arrendamento privado, onde os preços das rendas aumentaram significativamente nos últimos anos, sobretudo nas cidades de Lisboa, Porto e Coimbra (RTP, 2024).

Para mitigar este problema, o Governo apresentou, em 2018, o Plano Nacional para o Alojamento no Ensino Superior (PNAES), que prevê até 2026 a construção e requalificação de cerca de 18.000 camas. No entanto, este investimento, embora significativo, não será suficiente para cobrir todas as necessidades, além dos sucessivos atrasos que se têm verificado na concretização, exigindo a exploração de soluções complementares e diferenciadas (Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, 2023). Uma das alternativas propostas foi a utilização das Pousadas da Juventude como alojamento estudantil.

As Pousadas da Juventude foram inicialmente criadas com a missão de promover a mobilidade juvenil, proporcionando alojamento acessível para jovens em deslocações pelo país e incentivando o contacto com o património cultural de diversas regiões. A iniciativa de albergar estudantes surge no âmbito do protocolo assinado com a Movijovem, entidade responsável pela gestão das Pousadas da Juventude, que, apesar de ter sido concebida para apoiar o turismo jovem, tem vindo a adaptar-se para responder às necessidades habitacionais dos estudantes deslocados.

Apesar de Portugal possuir uma vasta rede de pousadas e unidades hoteleiras subaproveitadas, muitas destas não possuem condições adequadas para acolher estudantes a longo prazo. Para o ano letivo de 2024/2025, foram disponibilizadas 673 camas para estudantes do ensino superior em 22 Pousadas da Juventude como parte do programa "Alojamento Já" (Pousadas da Juventude, 2024).

Assim, a falta de condições nas Pousadas da Juventude utilizadas para alojamento estudantil tem sido alvo de multas e escrutínio por parte de Associações Académicas, Associações de Estudantes, Reitorias e Autarquias. Entre

Alojamento Estudantil em Portugal: A crítica ao Uso de Pousadas como Solução Habitacional

as principais reclamações apresentadas pelos estudantes estão a ausência de espaços adequados para estudo, o tamanho reduzido e a baixa qualidade dos quartos, bem como a falta de uma cozinha devidamente equipada, o que os obriga a recorrer a cantinas ou restaurantes, aumentando os custos de vida.

Embora existam requisitos comuns entre as residências universitárias e as Pousadas da Juventude, na realidade não oferecem o mesmo nível de resposta aos estudantes. Ambas devem disponibilizar uma sala de estudo, mas o Plano Nacional de Alojamento para o Ensino Superior (PNAES) especifica que deve haver pelo menos um lugar de estudo para cada três residentes, enquanto o Protocolo de colaboração entre o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e a MOVIOJovem, entidade responsável pela gestão das Pousadas da Juventude, apenas menciona a existência de uma sala de estudo, sem especificar o número de lugares ou a infraestrutura necessária. No que toca às casas de banho, existem também grandes diferenças, nesta última, é usual haver apenas balneários comuns que são usados entre os estudantes e os alunos residentes sem garantir a privacidade. A existência de uma lavandaria não é obrigatória segundo o protocolo de colaboração entre o Ministério da Educação, Ciência e Inovação e a MOVIOJovem, enquanto são obrigatórias nas residências universitárias.

A pousada de Aveiro é exemplificativa das condições oferecidas aos estudantes do Ensino Superior, levando mesmo o Ex-Presidente da Associação Académica de Aveiro, Wilson Carmo, a criticar as condições a que os estudantes estão expostos. “Não quero acreditar que o Governo ou a UA considerem que os atuais quartos da pousada da juventude reúnem essas condições mínimas de dignidade, não quero acreditar que vou ter colegas a dormir lá, mesmo que em última instância”. A reitoria da Universidade de Aveiro, no nome do seu Reitor, Paulo Jorge Ferreira, explicita que, se a Pousada da Juventude não tiver condições, não é uma solução (“Se não tiverem condições não são solução”).

A falta de uma cozinha, que impede que os residentes possam confeccionar as suas próprias refeições, leva a que se tenha de recorrer a cantinas ou restaurantes, o que encarece a estadia na cidade de estudo. A falta de mobiliário e o tamanho do quarto, bem como a falta de um espaço destinado à lavagem da roupa, são outras das queixas apresentadas pelos estudantes. A pousada não oferece armário no quarto e os estudantes são obrigados a manter a roupa dentro das malas de viagem, queixa apresentada por um aluno da licenciatura em Administração Pública na UA, na mesma entrevista (Ria, 2024). Os estudantes queixam-se ainda da falta de acesso ao quarto, pois são obrigados a deixar a chave na receção que encerra por volta das 23h30, o que faz com que fiquem impossibilitados de entrar no quarto se chegarem à Pousada após esse horário.

O estado apresentado pela Pousada de Aveiro não passou despercebido à Câmara Municipal de Aveiro, tendo sido descrito pelo Presidente da Câmara Municipal, José Ribau Esteves, em entrevista ao Ria como sendo um espaço “com más condições para qualquer coisa”. O mesmo defende ainda “[...] a demolição daquele edifício”, referindo-se à Pousada da Juventude.

Alojamento Estudantil em Portugal: A crítica ao Uso de Pousadas como Solução Habitacional

A Pousada de Picoas, em Lisboa, também não reúne as condições mínimas para albergar estudantes deslocados. A cozinha, depois de várias queixas apresentadas pelos estudantes, possui apenas uma placa elétrica de duas bocas e duas painéis para cerca de 30 estudantes. Antes das queixas serem apresentadas pelos residentes, a cozinha tinha apenas um forno micro-ondas. O espaço destinado à confeção de alimentos é ainda utilizado pelos turistas que pernoitam na pousada, o que dificulta ainda mais a vida dos estudantes. A sala de estudo é, ao mesmo tempo, a sala de refeições dos hóspedes, o que torna o estudo uma tarefa ainda mais complexa. A pousada foi ainda alvo de uma praga de percevejos que os estudantes afirmam ser constante. Em entrevista ao Público em 2024, o estudante Paulo Aguiar critica esta mesma situação (“Há um rapaz que ficou extremamente picado. A solução foi mudá-lo de quarto e fazer uma desinfestação nesse quarto. Mas o problema não se solucionou, porque os percevejos aparecem constantemente.”). Os residentes das pousadas são ainda obrigados a sair dos seus quartos em dias que a pousada não está em funcionamento. A Associação Académica de Coimbra alertou em 2024 para o facto dos estudantes terem recebido emails para que não estivessem na Pousada nos dias 24, 25 e 26 de Dezembro.

Atualmente, os estudantes bolseiros a que não seja atribuída vaga nas residências do SAS têm direito ao complemento ao alojamento, com valores diferentes tendo em conta o concelho. Contudo a forma como o complemento de alojamento tem sido gerido, penaliza injustamente os estudantes. A aplicação do artigo 19.º, n.º 4, do RABEEES pelos Serviços de Ação Social (SAS) tem gerado contestação, pois este artigo estabelece que os estudantes deslocados que recusarem alojamento em residências dos SAS perdem o direito ao complemento de alojamento. No entanto, algumas instituições têm estendido essa interpretação às Pousadas da Juventude, que não são formalmente reconhecidas como residências do SAS pelo próprio regulamento. Esta aplicação alargada da norma carece de fundamentação legal e contradiz o espírito da legislação, que visa garantir condições dignas de alojamento aos estudantes deslocados.

Isto aconteceu, por exemplo, em Aveiro, caso em que, segundo os Serviços de Ação Social, os alunos perderiam o complemento ao alojamento caso optassem por alugar um quarto privado (Ria, 2024). Todavia, alguns SAS, atendendo às condições das pousadas, permitiram que os estudantes recusassem esse alojamento sem perder o direito ao complemento, como o caso do Iscte que devido às condições oferecidas pela Pousada de Picoas, em Lisboa, permitiu que os estudantes procurassem outra opção, além de terem já reduzido o número de camas para maior conforto dos estudantes.

Segundo os Serviços de Ação Social do Iscte, o protocolo estabelecido entre o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e a MOVIJovem não foi devidamente fiscalizado pela DGES, resultando na atribuição de alojamento em pousadas sem uma verificação prévia das condições oferecidas aos estudantes. Além disso, a implementação tardia do programa comprometeu a organização e adaptação por parte das pousadas. Para evitar situações semelhantes no futuro, é

Alojamento Estudantil em Portugal: A crítica ao Uso de Pousadas como Solução Habitacional

necessário um mecanismo de monitorização contínua nestes alojamentos, incluindo auditorias regulares e um sistema de avaliação direta por parte dos estudantes residentes.

Dado o cenário exposto, é fundamental que o Governo, através do Ministério da Educação, Ciência e Inovação e da DGES, reforce a oferta pública de alojamento estudantil, implemente regras claras para a utilização das Pousadas da Juventude e assegure que nenhum estudante seja forçado a aceitar condições precárias.

Desta forma, vêm as Federações e Associações Académicas e de Estudantes, reunidas no Encontro Nacional de Direções Associativas, decorrido na Covilhã nos dias 8 e 9 de março de 2025, propor:

1. Realizar um inquérito anual, avaliado pela MoviJovem com a colaboração do Ministério da Educação, Ciência e Inovação, para que os estudantes a residir em Pousadas avaliem as condições das mesmas, assegurando um acompanhamento contínuo da qualidade do alojamento e possibilitando as devidas alterações antes do ano letivo seguinte;
2. Tendo em conta as discrepâncias entre as exigências de condições nas residências do SAS e nas Pousadas que disponibilizam camas para estudantes universitários, deve-se:
 - a. Rever as condições exigidas às Pousadas no protocolo assinado, tornando-as mais rigorosas, garantindo a disponibilização de equipamentos e mobiliário adequados para uma estadia confortável;
 - b. Para cobrir eventuais custos associados, deve ainda ser criada uma linha de crédito, que permita às Pousadas da Juventude, usadas para este fim, adquirir os equipamentos básicos e o mobiliário que venham a ter de ser adquiridos;
3. Cumprir o que foi estabelecido no Plano Nacional do Alojamento Ensino Superior, acelerando a construção e requalificação do alojamento estudantil previsto pelo Governo;
4. Cumprimento da alínea nº4 artigo 19º do RABEEES, garantindo que as Pousadas não são vistas como Residências do SAS, permitindo, assim, que um estudante bolseiro beneficie do complemento de alojamento mesmo quando este recuse ficar alojado na Pousada, à exceção das instalações que cumpram os protocolos revistos.

Destinatários:

Ministério da Educação, Ciência e Inovação; Partidos Políticos com Assento Parlamentar; Direção-Geral do Ensino Superior; Instituições de Ensino Superior; Ministério das Infraestruturas e Habitação.

Referências:

- Direção-Geral do Ensino Superior (DGES). (2024). Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo a Estudantes do Ensino Superior - (RABEEES). Disponível em: <https://www.dges.gov.pt/>
- Direção-Geral do Ensino Superior (DGES). (2023). Relatório sobre Alojamento Estudantil e Permanência no Ensino Superior. Disponível em: <https://www.dges.gov.pt>
- Jornal de Notícias (2024) "Estudantes de Coimbra denunciam intenção de retirar alunos das Pousadas de Juventude no Natal". Disponível em: <https://www.jn.pt/>
- Mateus, A. (2023). Sucesso e Inclusão: Medidas e Iniciativas de Apoio aos Estudantes do Ensino Superior. Direção-Geral do Ensino Superior (DGES).
- Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. (2023). Plano Nacional para o Alojamento no Ensino Superior (PNAES). Disponível em: <https://www.mctes.gov.pt>
- Movijovem. (sd). *Sobre nós*. Movijovem. Recuperado em fevereiro de 2025,, de <https://www.movijovem.pt>
- Plano Nacional para o Alojamento para o Ensino Superior (PNAES). Disponível em: <https://pnaes.pt/>
- Público (2024) "Percevejos e dois tachos para 30: estudantes alojados em Pousada da Juventude queixam-se de condições". Disponível em: <https://www.publico.pt/>
- Ria (2024) "Pousada da Juventude: Estudantes afirmam não ter condições e desconhecem apoio para arrendar quarto". Disponível em: <https://radioria.pt/>
- Ria (2024) " Reitor da UA diz que utilização da Pousada da Juventude "está fora de questão" sem obras". Disponível em: <https://radioria.pt/>
- RTP (2024). "Crise Habitacional e Alojamento Estudantil: O Impacto das Rendas Elevadas nos Jovens Universitários". Disponível em: <https://www.rtp.pt/noticias>